

SOBRE A DISCIPLINA

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Não me consta que tenham sido identificados e punidos os oficiais do exército que agrediram os funcionários e depredaram as instalações do 5º Distrito Policial em compensação, foram imediatamente castigados os oficiais que publicamente demonstraram o seu desagrado pelo comparecimento do sr. Teixeira Lott à solenidade de distribuição de diplomas no Ministério da Aeronáutica. Os primeiros, cujos nomes não foram apurados, usaram os carros de guerra, os petrechos e armas do exército que, seja dito de passagem, custam aos passanos os olhos da cara, para praticar uma desforra pessoal e para quebrar utensílios e máquinas que pertencem ao mesmo patrimônio da mesma República que os mesmíssimos oficiais, num dia de solene festividade, juraram servir. Diremos que neste caso houve desordem; diremos até que houve traição ao bem comum, às instituições e aos altos interesses da pátria; mas não podemos dizer que tenha havido indisciplina, se por indisciplina entendermos as regras internas do funcionamento das corporações militares. Sob esse ponto-de-vista tudo transcorreu numa ordem perfeita. Os superiores ordenavam, os inferiores executavam. Não houve indisciplina. Provavelmente, quando o oficial chamou o suboficial para instruí-lo, o suboficial fez continência e bateu os calcanhares. E é isto que se chama disciplina. Podemos imaginar que algum tenente ou sargento, lá dentro dos quarteis, tenha manifestado alguma repugnância pela missão que lhe davam. O indisciplinado terá sido severamente punido e nada transpirou cá fora.

Diferente foi o caso dos oficiais da aeronáutica que se levantaram quando chegou o Ministro da Guerra. Nesse caso a indisciplina é evidente. Podemos imaginar que esses moços tenham agido por força do mais alto patriotismo, mas é inegável, sem sombra de ironia, que feriram a disciplina, a regra interna, o jogo de gestos e de atitudes, e que por isso mereceram a punição. Veja bem o leitor que eu não protesto contra as medidas que tomou o sr. Ministro da Aeronáutica. Os moços que tiveram atitudes insolitas no dia da solenidade, deviam ser punidos, mesmo porque, se não houvesse o risco das sanções não teria valor o sinal de protesto. A punição completa e dignifica a manifestação cívica dos oficiais que desobedeceram por imperativo de consciência, mas desobedeceram. Não reclamamos pois contra a prisão dos dez oficiais; não reclamamos, enquanto me permitir, contra a desigualdade de tratamento nos dois casos.

Na vida tudo é contraponto. Os fatos e feitos se encadeiam, e cada um tira do outro, e da relação, o seu próprio valor. Como na música, há intervalos de quinta e de sétima entre os eventos, e a harmonia social resulta da ordem que se observe na sucessão dos intervalos. No caso presente, só seria justo prender os oficiais que saíram de uma sala em sinal de protesto, se aqueles outros tivessem sido presos e expulsos do exército.

Ora, nada aconteceu aos autores da façanha do 5º Distrito. Pode ser que ainda estejam procurando os responsáveis, como a polícia está procurando o raptor do menino Sérgio. Pode ser que os espancadores dos funcionários da polícia não tenham deixado nos móveis e nas vítimas o menor vestígio de impressões digitais; e que nenhuma das numerosas testemunhas tenha tido o necessário sangue frio para observar se o oficial que comandava a facção batalha era moreno ou louro. No caso do raptor, a causa de um topete amarelo, já se prenderam cinquenta moços louros. Mas nem cinco morenos foram presos para desagravo do 5º distrito.

Diante de tão espantosa imprudência, concluímos que os ministros das pastas militares não podem, com justiça, punir dez oficiais que se levantaram para manifestar um protesto cívico. Ou então chega-se a uma outra conclusão de enorme gravidade.

Chega-se à conclusão de que existe em nossos meios militares, uma predominante mentalidade que atribui à disciplina um valor absoluto, desligado da justiça e do bem comum, e que atribui às corporações uma autonomia eminente e uma soberana indife-

rença em relação ao que se passa fora de seus limites. Para o senso comum, o exercício é uma coisa definida por sua finalidade de serviço à pátria. Para a mentalidade a que me refiro, o exército é uma entidade que se define por sua imanência e por sua estrutura. Sua finalidade será exclusivamente interna. Tudo o que ultrapassa as fronteiras dessa autonomia perfeita ficara ao sabor da maior ou menor liberalidade dos chefes, mas não constitui obrigação. O exército ao entender dessa mentalidade que denuncio, é um sistema fechado, sem preceitos ad extra. É um mecanismo piramidal de sustentação de prestígios, com a tropa na base e o mandarinato de generais na cúpula. E nesse caso, a disciplina, a intrínseca formalidade do sistema, terá um valor supremo e absoluto. Para o senso comum a disciplina, seja onde for, é um bem, mas um bem secundário e subordinado a outros infinitamente maiores. É por si mesma, a mais baixa gradação da ordem, e não toda a ordem como vemos muitos. Necessária, a disciplina tem sempre um gosto de severidade e um ar ridículo. Como observou Bergamini, o homem se torna ridículo quando se mecanisa. A disciplina, sendo inevitavelmente uma mecanização, ou pelo menos tendo dele algum aspecto, será sempre, para os homens de alma livre um pouco engraçada. Mas é necessária. Grave bem o leitor que não estou aqui pregando a indisciplina. Estou apenas dizendo que, entre as coisas mais ou menos tristes ou mais ou menos engraçadas que o homem tem de fazer, está a prática disciplinar.

Em relação à disciplina as almas humanas se diferenciam. Há as anarquizadas que por desordem mental ou por falta de humildade não chegam a estimar esse pequeno e inevitável bem em vista de mais altos propósitos. Tem horror a disciplina, e não vêem que assim ferem aqueles mais altos valores. Em compensação, no extremo oposto, há almas que se deliciam com a disciplina e que na prática da mecanização encontram a mais alta alegria de que são capazes. Existem dessas almas na Rússia soviética, no meio católico, e nos quarteis. Existem nos collegios. Existem na família. Mas em todos esses lugares, enquanto subsistir um silumbrante de sabedoria, enquanto o collegio por exemplo não perde de vista sua finalidade principal, a disciplina torna mais dura e difícil a convivência, produz distúrbios psicológicos e problemas morais, mas não se pode dizer que constitua uma subversão. Quando porém o sistema se fecha sobre si mesmo, fazendo da disciplina a sua interna harmonia o seu fim em si, então temos a subversão, e temos, segundo Santo Tomás, a pior das desordens que é a falsa ordem.

Note bem o leitor que eu não estou dizendo que tenha chegado a tal ponto o nosso exército. Não é a essa grande e intimidante corporação que se dirigem as minhas críticas. O que eu critico aqui não é o exército nacional, e sim uma certa mentalidade que encara de modo especial o exército. Indo um pouco mais longe, e já enfrentando certo risco, não fujo ao incombodo dever de notar que aquele fenômeno está se tornando uma mentalidade coletiva. Os fatos estão aí para provar que um oficial do exército pode sair na rua, com carros de assalto, para espancar funcionários; mas não pode ferir a disciplina, o jogo interno e sagrado da instituição que se basta, e que se explica sem a necessidade de finalidades extrínsecas. E o que é pior, a meu ver, é que a opinião pública vai se habituando a esse militarismo que se alastra e tanto pesa no Brasil. Tive uma prova curiosa outro dia dessa aceitação. Falando de Ministério da Guerra causei mesmo a alguns moços quando disse que o cargo de ministro é essencialmente civil e não militar. Ninguém sabia. Entre os moços ninguém se lembrava de ter ouvido falar em Calógeras, que era civil, e que foi um dos nossos melhores ministros da guerra. Não sei se o atual Ministro da Guerra sabe, com sólida consciência, o seu cargo é civil e que sua farda e demais pertences, incluindo a espada de ouro, podiam ficar no armário até o dia de sua substituição na pasta e sua reintegração no generalato. Um dos moços a quem explicava o mecanismo da República perguntou-me se o Ministro da Guerra podia ser um civil. Respondi-lhe que seria mais correto perguntar se podia ser um militar. Acharam engraçado. Eu achei muito pouco divertido o fato de andar tão esquecido de todos o caráter essencialmente civil dos aparelhos do governo.

O fato de existir aquela mentalidade que considero o exército, e do mesmo modo a marinha e a aeronáutica, como um sistema fechado, que tem por finalidade principal e única a sustentação da pirâmide de prestígios, já basta para molestar um corpo político. Mas há pior. Embora fechado e suficiente, o sistema não deixa de ter contacto com o resto do corpo. No caso presente está ligado ao poder civil produzindo toda a espécie de ambiguidades. Não se sabe quem é que manda. O próprio Ministro da Guerra não parece saber que é ministro. O presidente da República não faz questão de esclarecer a opinião pública. E assim vamos... para onde?

O meu receio é que existam homens que por estas horas estejam sonhando para o Brasil um regime de perfeita absoluta disciplina; ou melhor, que estejam sonhando transformar o Brasil naquilo que nem o exército deveria ser.